

# **A EDUCAÇÃO PARAENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: COM A PALAVRA, ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA**

SERGIO RICARDO PEREIRA CARDOSO\*

## **RESUMO**

Este artigo prima pela análise da educação paraense na primeira metade do século XIX, justificando-se principalmente pela carência de estudos na área de história da educação na Província do Grão-Pará no referido período. Utiliza-se, para isso, basicamente a obra "Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará", de Antônio Ladislau Monteiro Baena, além de documentos oficiais da referida Província (exposições, relatórios, discursos, etc.) e bibliografia acadêmica sobre a Província do Grão-Pará. Ao longo do texto é possível perceber, ainda que em fragmentos, o processo de formação da educação formal em nível local, bem como as continuidades e descontinuidades em relação à historiografia educacional brasileira.

**Palavras-Chave:** História da Educação; Província do Grão-Pará; Antônio Baena.

## **ABSTRACT**

### **EDUCATION PARAENSE IN FIRST HALF CENTURY XIX: BIBLE, ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA**

This article strives to investigate the paraense education in the first half of the nineteenth century, justified mainly by the lack of studies in the history of education in the area of Grand Para Province in the period. The research was done with work "Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará", by Antônio Monteiro Ladislau Baena, official documents of that Province (exhibitions, reports, speeches, etc.) and academic literature on the Province Grand Para. Throughout the text, you can see, even in fragments, the formation process of formal education at the local level, as well as the continuities and discontinuities in relation to the Brazilian education historiography.

**Keywords:** History of Education; Grand Pará Province; Antônio Baena.

---

\* Doutor em Educação – Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE/UFPEL. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Bragança – PA, Líder do Grupo de Pesquisa ETTHOS (EDUCAÇÃO, Trabalho, Tecnologia, Humanidade Organização Social, Coordenador de subprojeto PAECABI (Práxis de Aprendizagens e Ensinações da Cultura Afro-brasileira e Indígena) do PIBID Diversidade e Coordenador de Extensão. E-mail: sergio.ricardo@ifpa.edu.br

## Buscando contornos

Quase todos eles eram analfabetos, naquele final de 1834. Poucas crianças tinham a sorte de ir para uma escola, porque isto significava ter de ir para a cidade [...] Quando era mais jovem e mais ingênuo politicamente, Angelim pensara que somente pela educação o homem da lavoura seria redimido. Não perdera de todo o ideal [...] decidira ensinar as primeiras letras a um grupo de jovens e crianças. Ele mesmo, como muita gente do campo, tinha-se alfabetizado tardiamente e com muito esforço (SOUZA, 2001, p. 204).

O trecho da obra de Márcio Souza, extraído da obra “Desordem”, 2º volume da tetralogia “Crônicas do Grão Pará e Rio Negro”, apesar de ficcional, ilustra bem o universo de possibilidades da educação formal no Pará do século XIX. Mesmo sendo ficção, esta invoca um período da história da educação paraense ainda cheio de lacunas. Um estudo dessa natureza, mesmo que ínfimo em sua magnitude, justifica-se por contribuir para a constituição dos discursos historiográficos sobre a educação pública paraense durante o século XIX.

Não é intenção nem há espaço neste momento para se discutir as carências em relação às pesquisas em História da Educação no Norte no período do século XIX; e sim ratificar a importância e necessidade da temática para a composição de um corpus memorial que dê conta, sobretudo, dos fenômenos educacionais vivenciados na região Norte e, mais especificamente, no Pará, que é nosso sítio de pesquisa.

Vale ressaltar, no entanto, um aumento quantitativo e qualitativo considerável no atual contexto de produção em História da Educação no Pará, principalmente com a intensificação dos programas de pós-graduação em educação tanto na UFPA, que já conta com o Doutorado, classificada pela CAPES com o conceito 4, como na UEPA, que possui um excelente programa de Mestrado, classificada pela CAPES com o conceito 3.

Para ilustrar o que foi escrito no parágrafo anterior, buscou-se no banco de teses/dissertações da CAPES trabalhos que abarcassem os termos “Grão-Pará” e “História”, pois provavelmente estes seriam palavras-chaves em pesquisas acadêmicas sobre História da Educação na Província do Grão-Pará, como era denominado o Pará até o final do Império, ou seja, até 1889; obteve-

se 83 resultados de teses/ dissertações, dos quais 08 eram efetivamente da área de História da Educação;a fim de não surgir dúvidas,se utilizou, também, os termos “História”, “Educação” e “Grão-Pará”, obtendo06 ocorrências já selecionadas nabusca anterior. Com os dados obtidos, foi possível, então, confeccionar a seguinte tabela:

TABELA 1 – Teses e dissertações encontradas na CAPES cujo eixo central é “História da Educação na Província do Grão-Pará”

Ano da defesa	Autor (a)	Título
1997	Paulode Tarso Rabelo Ribeiro	A Educação no Pará Durante o Ciclo da Borracha: 1870 - 1913.
	Maria do Perpétuo S G de S A de Franco	Raízes históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará : O Liceu Paraense: 1840-1889.
2008	Clarice Nascimento de Melo	Participação de Mulheres na História da Escola Mista no Pará: 1870/1901.
2009	Dércio Pena Duarte	BASES PARA O ESPIRITO: Ferreira Pena, Ciênciae Educaçãona Província do Grão-Pará (1866-1891).
2011	Mariângela Dias Santos	A instituição do ensino de Primeiras Letras no Brasil (1757-1827).
	ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA	O Instituto Paraensed Educandos ArtíficesaMorigerânciados Meninos Desvalidosna Belémda Belle Époque.
2012	ELIANNE BARRETO SABINO	A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889).
	ROGÉRIO GUIMARÃES MALHEIROS	FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838 – 1871).

FONTE: Banco de Teses/Dissertações da CAPES.

Com exceção da dissertação de Rogério Guimarães Malheiros, intitulado “FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838 – 1871)”, todas as produções elencadas na Tabela 1 estão concentradas predominantemente na segunda metade do século XIX. Neste sentido, o presente artigo corrobora ao fomentar mais subsídios para se preencher uma das muitas lacunas da historiografia educacional paraense; visivelmente, a história daeducação na primeira metade do século XIX na Província do Grão-Pará.

Ademais, Reznik (2002) é categórico em relação à urgência de se constituir uma historiografia para além do homogêneo, do nacional; é necessário se produzir uma historiografia mais heterogênea, regional, local. Dessa forma, é edificante “considerarmos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições” (p. 04).

Sendo assim, este trabalho igualmente se justifica por primar a história da educação sob uma dimensão regional, local, atrelando-se ao discurso historiográfico educacional brasileiro a fim de que reconheçamos as diferenças e semelhanças, as continuidades e descontinuidades entre o regional e o nacional.

O objetivo deste trabalho, então, é analisar fragmentos da instrução pública na Província do Grão-Pará no século XIX, mais especificamente na primeira metade do século. Para isso, toma-se como objeto principal de estudo a obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, de Antônio Ladislau Monteiro Baena<sup>1</sup>, além de documentos oficiais da referida Província (exposições, relatórios, discursos, etc.) e bibliografia acadêmica sobre a Província do Grão-Pará.

## **O tempo e o espaço de Antônio Ladislau Monteiro Baena: a modernidade em voga**

A relação existente entre a obra e o autor só pode ser realmente compreendida à medida que se busca incorporar o tempo e o espaço do autor e sua obra, que nada mais é do que uma extensão de sua vivência em seu tempo e seu espaço. Esta moderação ao tempo e espaço do autor não é tão fácil como parece; a complexidade desse processo está simplesmente no fato de que é preciso vivenciar o tempo e o espaço estudado para poder captar suas singularidades mais ínfimas, mais secretas de pensar, sentir e viver, ou seja, é impossível captar o tempo e o espaço passados em sua totalidade, mas tentar é preciso.

Por isso, para entender o espaço-tempo vivenciado por Baena, é de fundamental importância caracterizar sua obra como produto deste mesmo contexto espaço-temporal, ou seja, desvelar os contextos históricos e sociais do autor e sua obra, bem como sua

---

<sup>1</sup> Esta foi editada pela primeira vez em 1839; a segunda edição, a usada neste trabalho, foi publicada em 2004 pelo Senado Federal (BAENA, 2004).

relação com a realidade sociocultural.

Segundo Blake (1883, p. 235), Antônio Ladislau Monteiro Baena nasceu em Lisboa entre 1781 e 1782, cujos pais foram João Sanches Baena e D. Maria do Resgate Monteiro Baena, vindo a falecer no Pará em 29 de março de 1850.

Sob o posto de segundo-tenente da artilharia de linha, em 1803, Baena desembarca em Belém como ajudante de campo de Dom Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos — “Vigessimo sexto Governador e Capitão General do Gran-Pará e Rio Negro” (BAENA, 1969, p. 253). Desde então até sua morte em 1850, “através da descrição física e política da província paraense, Antônio Baena forneceu dados estatísticos de uso político para o Império brasileiro [...] a serviço do Império, viveu e escreveu em um momento ímpar para o Brasil e para o antigo Grão-Pará” (BARROS, 2006, p. 08).

Há um equívoco generalizante, tanto na historiografia nacional como paraense e versar sobre uma economia paraense tipicamente extrativista desde o período colonial; discurso este fortemente acentuado pelo aumento da extração e comercialização da borracha, ao longo da segunda metade do século XIX.

De certo, a província do Grão-Pará durante o período colonial nunca possuiu uma espécie agrícola que preenchesse a economia de exportações em larga escala — como, por exemplo, a produção açucareira. No entanto, através de Souza Coutinho e seu sucessor D. Marcos de Noronha e Brito,

[...] o Pará, ao contrário do Rio Negro, experimentou progresso. As comunicações com Mato Grosso e Goiás, pelo Madeira e pelo Tocantins passaram a exercer-se com maior intensidade [...] O crescimento demográfico prosseguiu também. Em 1799, o censo oficial acusava 83.454 habitantes, sendo 67.978 no Pará propriamente dito e 14.480 no Rio Negro. As relações mercantis interiores e com Lisboa ativavam-se. Em 1800 a exportação somava 628:494\$650 e a importação 418:379\$989. Aquela contava com cacau, arroz, café, algodão, canela, salsaparrilha, puchiri, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, castanha, madeiras em toros e pranchas [...] o esforço por criar uma economia agrícola produzia resultados evidentes (HOLANDA, 1985, p. 71-72).

Portanto, a Província do Grão-Pará, em fins do século XVIII e início do século XIX, já apresentava um forte desenvolvimento econômico; desenvolvimento este acompanhado de um crescimento

demográfico considerável, conforme mostra Baena na tabela 1, abaixo:

TABELA 2 – Nº. total de habitantes e domicílios/ fogos na Província do Grão-Pará segundo Baena

Ano	Pessoas	Domicílios (fogos)
1749	6.574	900
1788	10.620	1.033
1801	12.500	1.822
1825	13.247	1.931
1830	12.477	1.749

FONTE: Baena (2004, p. 19)

Mesmo Baena (2004, p. 19) ressaltando o fato de que “[...] a cidade há sido teatro de graves perturbações da ordem e segurança pública, e de quatro andaços de bexigas e sarampos, que atearam peste nos habitantes”, é inegável o crescimento demográfico da província no período de 1749 a 1830, fenômeno que demandava uma preocupação maior com o saneamento e a urbanização da cidade de Belém.

Ratifica-se a urbanização da cidade de Belém pelo fato de, entre 1803 e 1806, Dom Marco de Noronha e Brito, procurando modernizar a cidade, realizou uma intensa reforma urbanística. O governador também construiu o “Largo do Redondo”, um passeio público circular, todo arborizado, localizado à estrada que conduzia ao Jardim Botânico, destinando-se ao comércio de hortaliças; outra reforma, citada pelo próprio Baena (1969, p. 254), foi no Piri, também denominado Alagadiço de Juçara, onde foram construídas estradas de passeio com várias caneleiras, trazidas de Caiena.

Apesar de não estar claro, dentro desse projeto urbano-desenvolvimentista, parece óbvio que haveria um lugar especial para a instrução pública, pois neste contexto de modernização, a instrução pública torna-se proeminente na medida em que passa a ser a mola propulsora dos princípios modernizadores constantes nos discursos da elite dirigente durante o Império, como melhor será visto a seguir.

## **(Des) continuidades da educação entre o nacional e o regional/local**

As primeiras experiências educacionais no Brasil se deram por conta dos jesuítas; esta era uma das diversas formas encontradas pela Igreja Católica sob a égide da contra-reforma, cuja intenção era a de conversão dos indígenas, expandindo assim a fé cristã. Em contrapartida, para a coroa portuguesa, os jesuítas tinham a função de “amansar” os gentis, além de ensinar o português, o que facilitava o controle ideológico e político do novo mundo.

Permanecendo no Brasil de 1549 a 1759, eles se deram conta de que, para uma total conversão, era de fundamental importância a educação prévia dos índios; dessa forma, os nativos aprendiam língua portuguesa, os costumes europeus e principalmente os dogmas da religião católica.

Além das aulas de ler e escrever (elementares), os jesuítas ofereciam mais três cursos: o curso de Letras e o de Filosofia e Ciências, considerados ensino secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, nivelados em nível de ensino superior, cuja função era principalmente a de formar sacerdotes (XAVIER, 1994); dessa forma:

As primeiras escolas reúnem os filhos dos índios e colonos, mas a tendência da educação jesuítica é separar os “catequizados” e os “instruídos”. A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com os filhos dos colonos, porém, a educação tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever (ARANHA, 1998, p. 101).

Com o intuito, então, de catequizar os indígenas, os jesuítas passaram então a construir missões e/ou reduções, que eram povoações longínquas, afastadas dos centros urbanos e dos colonizadores portugueses e espanhóis. Dessa forma, a estrutura educacional jesuítica foi predominante no Brasil por mais de 200 anos, até o momento em que Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, os expulsou em 1759. Este fato foi um verdadeiro retrocesso na educação brasileira, pois o espaço deixado pela Companhia de Jesus não foi preenchido; esta crise começa a ser afugentada no início do século XIX, com a vinda de Dom João VI para o Brasil.

Com relação à Província do Grão-Pará, os jesuítas criaram, em 1654, o Colégio Jesuíta de Santo Alexandre, no Pará, e o Colégio Jesuíta de Nossa Senhora da Luz, no Maranhão (SCHMITZ, 1994, p. 45).

Adepto do absolutismo iluminado, Sebastião José de carvalho, o Marquês de Pombal, teve como principal característica de seu governo a separação entre Igreja e Estado. Não interessava mais à coroa portuguesa as intenções dos jesuítas; a ideologia religiosa era substituída pela dinâmica comercial e política de Portugal.

A fim de superar a crise causada pela ausência dos jesuítas, Marquês de Pombal instituiu no Brasil as chamadas “Aulas Régias”, cujo currículo era o Latim, o Grego, Arte, Retórica, entre outras. Apesar do esforço, este sistema foi um verdadeiro fracasso, posto que as aulas régias eram autônomas e isoladas, sem qualquer interação ou currículo comum.

Não havia uma formação adequada dos professores; em verdade, eram convocados a serem professores aqueles que possuíam uma gama mínima de conhecimentos em relação ao restante da população local. Além disso, eram mal remunerados; para suprir esta deficiência na remuneração dos professores, o governo criou o chamado “imposto literário”, mas “não funcionou a contento, pois o subsídio ou não era cobrado, ou era desviado para Portugal, os melhores professores não permaneciam no cargo devido aos baixos salários” (CARVALHO, 1978, p. 55). Sob esse subsídio na Província do Grão-Pará, na seção “ESPECIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GENERANTES DOS CABEDAIS DA PROVÍNCIA”, Baena descreve o valor do referido imposto:

O subsídio literário de uma pataca em cada cabeça de gado *vacum* regulado pelo Alvará com força de lei de 10 de novembro de 1772, e pelas Cartas Régias de 17 de outubro de 1773, e de 23 de agosto de 1805 (2004, p. 156-157).

De certa forma, as Reformas Pombalinas, com o intuito de alinhar Portugal com o pensamento iluminista, em relação à educação, almejavam alcançar três objetivos: “trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1996, p. 104). Mas os objetivos não foram cumpridos, Marquês de Pombal desbancou o ensino religioso sem, contudo, promover o ensino laico, público e gratuito versado pelo iluminismo.

Fugindo da ameaça de Napoleão na Europa, D. João VI e a família real transferiu-se para o Brasil. Para muitos historiadores, isso representou uma mudança crucial em praticamente todos os aspectos da vida na colônia. Do ponto de vista comercial, a abertura dos portos fomentou o comércio e colaborou para o fortalecimento de uma incipiente burguesia urbana, desenvolvendo as cidades e recrudescendo o processo de interação entre as províncias. Além disso, os agricultores prosperavam mais do que nunca, a partir da ampliação dos mercados interno e externo. Do ponto de vista cultural, foi como se o Brasil ingressasse pela primeira vez na comunidade internacional: os brasileiros iam tomando cada vez mais contato com o resto do mundo ocidental, preferencialmente a Europa.

Do ponto de vista político, a presença do rei de Portugal no Rio de Janeiro e a transformação do Brasil em Reino Unido de Portugal e Algarves intensificaram os debates e as reivindicações políticas e sociais da população e das elites, principalmente do centro-sul do Brasil, levando D. João VI a adotar inúmeras políticas públicas para tal região.

A educação brasileira nessa época também se beneficiou da presença da família real. D. João VI cria a Academia da Marinha e um Curso de Medicina, dois Cursos de Medicina e o Curso de Ciência Econômica (1808). Desfazendo-se de sua biblioteca pessoal, D. João VI funda a nossa primeira biblioteca, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, além de fundar a Academia Militar, em 1810. A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios é criada em 1816. O Museu Nacional é criado em 1818. Suas realizações, como se vê, restringem-se praticamente ao ensino superior. O ensino básico ou primário teria que esperar até a Independência e a formação do Primeiro Império.

Com a Independência, a convicção de que era necessário instruir as elites do país adquire novo impulso. As medidas governamentais com respeito à educação seguiram, na maioria dos casos, a mesma tendência observada na época de D. João VI: a ênfase no ensino superior e o desenvolvimento das vias de acesso a ele.

O próprio D. Pedro I, na abertura da Assembléia Constituinte, em 3 de maio de 1823, pronuncia um discurso em que fica clara a necessidade de um regramento específico sobre a Instrução Pública: “Tenho promovido os estudos publicos, quanto he possível, porém necessita-se para isto de uma Legislação particular” (DAGC DE 1823, 1973, p. 17). Entretanto, é preciso ter em mente que as

possibilidades de D. Pedro I se concentravam basicamente no Rio de Janeiro, havendo certa despreocupação em relação às outras províncias, o que já causava determinado descontentamento nas mesmas.

Atendendo então ao apelo de D. Pedro I, a Assembléia Constituinte elegeu uma Comissão de Instrução Pública para redigir os projetos sobre instrução pública, elaborando dois projetos de lei: o Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira, apresentado na sessão de 16 de junho de 1823, e o Projeto de Criação de Universidades, apresentado em 19 de agosto de 1823. O primeiro projeto concentrava-se em se fazer concurso público a fim de “estimular os gênios brasileiros” a redigirem um plano de educação que englobasse o eixo “educação física, moral e intelectual”:

A Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Decreta o seguinte.

1º Será reputado Benemerito da Patria, e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro, ou nella adiantado, se já a tiver, aquelle cidadão, que até o fim do corrente anno appresentar á Assembléa o melhor Tractado de Educação phisica, moral, e intellectual para a Mocidade Brasileira (DAGC DE 1823, 1973, p. 225).

Já o Projeto de Criação de Universidades basicamente versou sobre a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, além da criação de um curso jurídico também em São Paulo a fim de suprir a ausência de magistrados da nova nação, bem como formar os futuros líderes do Império (DAGC DE 1823, 1973, p. 614-615).

Seja como for, as poucas leis que eram criadas para regulamentar ou fomentar o ensino básico ou primário geralmente eram ruins ou não eram cumpridas. Um exemplo disso foi o decreto de 29 de janeiro de 1823, que estabelecia o sistema de monitoria (o ensino mútuo) baseado no teórico Joseph Lancaster. Tratava-se, na verdade, de um paliativo para a falta de professores nas escolas: era indicado um professor por escola e, para cada grupo de dez alunos, havia um aluno que atuava como monitor, estando ele preparado ou não.

Antes mesmo de dissolver a Assembléia Constituinte, D. Pedro I determina aos Presidentes do Conselho das Províncias, através da Lei de 20 de outubro de 1823, a incumbência de proporcionar a educação das novas gerações.

Com a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, reza em seu art. 179, parágrafo XXXII: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Esta mesma constituição, ao estabelecer “OS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA E SUAS ATRIBUIÇÕES”, art. 73, regulamenta que, o Conselho Geral da Província do Pará “constará de vinte e um membros” (NOGUEIRA, 2001).

Houve também a Lei de 15 de outubro de 1827, através da qual se determinava a criação de escolas básicas em todas as cidades e lugarejos, assim como escolas para meninas nos grandes centros. A intenção do Império era boa, mas a ausência de fiscalização e de receitas das províncias colocará a instrução pública provinciana em segundo plano, como perceberemos no próximo tópico, que tratará mais especificamente dos dados sobre educação paraense nos primeiros anos do Império.

### **Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão Pará: breves considerações**

Atualmente, há um consenso em se associar a palavra “corografia” a uma determinada área da Geografia que estuda um país ou um de seus territórios (BUENO, 1996, p. 166; HOST DIME, 2008). No entanto, é necessário entender o sentido do termo “corografia” na contemporaneidade em que ele é usado na obra. De acordo com o “Dicionário da Língua Portuguesa” de Antônio de Moraes Silva<sup>2</sup>, o vocábulo significa o seguinte: “CHOROGRAPHIA, ou FÍA, (ort. Philos. n’ este e deriv.) (*ch* como *k*) s. f. (do Gr. *Chora*, paiz, e *graphô*, eu descrevo) Descrição, representação de alguma região” (SILVA, p. 434).

Esta progressão funcional do léxico corografia para uma área da Geografia se dá pelo fato de que, apesar de se descrever uma determinada localidade de forma global – sua história, sua formação política, sua descrição física, administrativa, econômica,

---

<sup>2</sup> Antônio de Moraes Silva publicou a 1ª edição de seu dicionário de língua portuguesa em 1789. Nesta, não é feita nenhuma referência ao dicionarista. Seu nome aparece a partir da segunda edição do Dicionário da Língua Portuguesa, atualizada pelo lexicógrafo e editada em 1813. Já a 3ª e 4ª edições da mesma são editoradas em 1823 e 1831, respectivamente. Notifica-se, então, que, neste trabalho, usou-se a 5ª edição da referida obra, publicada em 1848 (VERDELHO, 2002: 15-64); no entanto, o termo em questão é o mesmo da 4ª edição por não possuir o sinal “\*”, pois, de acordo como o prefácio da 5ª edição, “vai acrescentada com grande copia de vocábulos novos levando este sinal \* todos os que não são de Moraes” (SILVA, 1844, tomo II).

populacional, etc., privilegiava-se mais os aspectos geográficos da região descrita.

De fato, as descrições registradas concretizavam-se numa espécie de relatório político-administrativo, que apresentava uma visão geral, atualizada e, por vezes, comentada pelo autor. No caso da obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, que comporta dados da Província do Pará até 1832, Baena (2004) apresenta, de acordo com Barros (2006, p. 28-29), os seguintes aspectos: delimitação geográfica; população; clima; produtos naturais do Pará; minerais; vegetais; agricultura; zoologia; aparência, capacidade e caráter dos naturais do Pará; forma antiga de administração; comércio; divisão eclesiástica; subdivisões – Comarca de Belém, Marajó e São João do Rio Negro; listas hidrográficas; catálogo dos governantes; aditamento da nova divisão das comarcas (1833).

Percebe-se que a instrução pública tem uma importância destacada entre os dados colhidos por Baena; o autor, todavia, apenas descreve e classifica, sem maiores análises, a situação das escolas, dos alunos e professores da época. Seja como for, seus dados são suficientes para nos dar um panorama da educação paraense por volta de 1832.

É viável esclarecer que Antônio Baena fala direta e indiretamente sobre a educação em diversos pontos de sua obra, que não estão especificados no índice acima. Como por exemplo, ao falar da Cabeça da Comarca de Belém, ou seja, da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, o autor se refere a duas escolas que funcionam no Convento de Santo Antônio (que virá a ser posteriormente o Colégio Santo Antônio): “uma gratuita de Gramática Latina ensinada pelo digno religioso e venerando ancião Frei Antonio de Santa Thereza, e outra do ensino mútuo paga pela Tesouraria da Província” (BAENA, 2004, p. 192); outros exemplos são o antigo Gentil Bittencourt, “Casa das Educandas estabelecida pelo Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho no ano de 1804 em benefício das Meninas Gentias” (BAENA, 2004, p. 193), e a Casa da Aula de Artilharia, uma casa de dois pavimentos, em que “[...] no segundo pavimento foram colocadas as escolas de matemática e sua aplicação à artilharia, de desenho e de gramática latina, e uma pequena biblioteca[...]”. Já o primeiro pavimento “foi ocupado por duas escolas, uma de primeiras letras e outra de filosofia racional e moral” (BAENA, 2004, p. 195).

De acordo com Baena (2004, p. 203), a Instrução Pública na Província do Grão-Pará contemplava dois níveis apenas: enquanto o

primeiro grau ou ensino elementar compreendia “o ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo”, o segundo grau dispunha de “escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa”.

Além disso, o currículo era precário e disforme, pois não existia ensino superior em Belém até então; o que mais se assemelhava a tal era o Seminário Eclesiástico: “nele ensina-se latinidade, teologia especulativa, moral, liturgia e música coral, a fim de habilitar para o sagrado ministério do sacerdócio a mocidade paraense” (BAENA, 2004, p. 204-205).

As escolas de primeiras letras, pela procura e por sua funcionalidade, eram as mais numerosas. Na Comarca de Belém do Pará, existiam seis na cidade, das quais apenas duas, somando 135 alunos, tinham professores, pois estavam estruturadas pelo método “lancasteriano”, o que tornava o ensino mais barato; as outras quatro — três de meninos e uma de meninas, cujo método era o ensino individual, por isso mais custoso — estavam sem professores.

É fácil notar que, mesmo o professor de ensino mútuo (baseado em Lancaster) recebendo 300\$000, portanto 150\$000 mais que o ensino individual (ou em separado), aquele, devido abranger um resultado maior de alunos por professor, tornava-se menos oneroso aos cofres da Província.

Fazendo uma análise de gênero, percebe-se uma discriminação da administração pública em relação ao gênero feminino, pois quem ministrava os honorários à mestra de meninas, que venciam 400\$000, eram as próprias alunas, que aprendiam sob o método do ensino em separado — talvez por isso elas estivessem sem professora.

Em se tratando das vilas, as que tinham professores eram: Vigia, Santarém, Cintra, Bragança, Macapá, Mazagão, Óbidos e Nova de El-Rei; já as vilas de Oeiras, Ourem, Guarupa, Monte Alegre, Faro, Alemquer, Porto de Mós, Franca, Turissú, Baião, nas freguesias de Abaité e Igarapé-Miri, todas sem professor (BAENA, 2004, p. 204).

Na Comarca de Marajó, existiam quatro escolas de primeiras letras, mas apenas uma tinha professor (a da freguesia de Cachoeira), as demais regiões — vilas de Monsarás e Chaves, e a freguesia do Muaná — estão sem professor. Situação pior se encontrava a Comarca do Rio Negro, suas sete escolas estavam sem professores (BAENA, 2004, p. 205).

Sintetizando as informações acima, temos:

TABELA 2 – Escolas de Primeiras Letras da Província do Grão-Pará em 1832

Comarcas	Quantidades de escolas com professor	Quantidades de escolas sem professor	Total de Escolas
Belém do Pará	10	16	26
Marajó	01	03	04
Rio Negro	00	07	07

FONTE: Baena (2004, p. 204-205)

Referindo-se ao ensino secundário, Baena (2004, p. 205-207) apresentava os seguintes dados:

- As cinco escolas de Língua Latina, todas com professor, possuíam 28 alunos. Duas na cidade, uma em Vigia, uma em Cameté e outra em Santarém. O curso durava três anos e o currículo se baseava no “novo método de Pereira, a gramática de Lobato, as fábulas de Pedro, Virgílio, Tito Lívio, Cícero, Horácio e Ovídio” (p.205). O professor recebia um vencimento de 400\$000 na cidade, 300\$000 em Santarém, e 200\$000 em Cameté e Vigia;

- Havia uma escola de Retórica, com 7 alunos, na cidade. O curso durava um ano e estudavam “Quintiliano, a Arte Poética de Horácio, o Tratado do Sublime de Longino e as Orações de Cícero” (p.205). O ministrante de Retórica tinha um vencimento de 240\$000;

- As escolas de Filosofia Racional e Moral também existiam em quantidade de uma na cidade e computavam 23 alunos. O curso tinha a duração de um ano e, basicamente, se estudava Cícero. O professor percebia a quantia de 300\$000.

Em suma, o censo escolar de Belém do Pará em torno de 1832 resumia-se em 193 alunos do gênero masculino.

Apesar dos esforços do governo provincial em se promover a instrução pública no Pará, o grande obstáculo era a ausência de professores qualificados, até mesmo pela baixa percepção monetária do docente não superior a 400\$000, enquanto que um escrívão recebia, no mínimo, 500\$000, e um feitor, 400\$000 (BAENA, 2004, p. 142-143). Este fato é confirmado no discurso proferido pelo Presidente da Província do Pará, Francisco Jozé de Souza Soares D’Andrea, por ocasião da abertura da primeira sessão da Assembleia Provincial, no dia 2 de março de 1838:

Entende-se geralmente, que em se pagando muitos Mestres por conta do Governo, se tem dado todas as providências que se podem dar para a instrução Pública, mas **não vejo sempre grande escrupulo na escolha dos Professores, e fico sem entender o que se espera que ensine hum Mestre que nada sabe.**

Há ainda outro inconveniente, e he a **falta de uniformidade do methodo**, pela **falta de de huma escolla central, ou de Norma**, aonde se preparem os Mestres por um só systema; e mesmo d'onde saíão com suas cartas e informações dadas por um Corpo Científico, poupando-se a formalidade inútil de **concursos aonde não há quem concorra.**

Tem o Brasil duas Universidades de Direito, e talvez fosse mais útil produzirem-seannualmente menos homens de Leys, e mais alguns professores de primeiras letras e humanidades. Não depende isto das Ad'ministraçõesprovinciaes; mas **poderia ao menos estabelecer-se nesta Capital huma Escolla Normal**, aonde se apurassem mais os indivíduos que se destinassem a ser Professores das primeiras Letras, ou das Aulas maiores.

Pelo uso antigo de se aceitar para ensinar os primeiros rudimentos a hum menino, huma velha, ou hum homem qualquer, e sem escrúpulo, se tem conservado o abuso de estender-se que bastão para **mestres de primeiras letras homens que mal sabem ler, e de modo nenhum escrever certo, e ainda menos contar.**

He por isto que lhe tem sido arbitrados **ordenados tão pequenos**, que **só acceitão as cadeiras alguns desgraçados, que nada tem de que vivão**, ou nenhuma tenção tem de se empregarem em tal trabalho (DISCURSO com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, 1838, p.34). [grifo intencional]

Pede-se desculpas ao leitor pela longa citação, mas torna-se evidente que ela, por si, é declaratória de uma situação que perdura até os dias atuais: a falta de investimentos na classe docente, o que faz com que a atividade docente não se torne um atrativo profissional. Vale destacar a necessidade, já em 1838, de se criar uma Escola Normal na província do Grão-Pará; entretanto, tal fato só foi efetivado “no dia 3 de maio de 1871, com festas e solenidades, destacando-se como um acontecimento importante na vida da província” (SOUZA, 1972, p.10).

Segundo Saviani (2008, p.07), “desde a Convenção, instalada após a Revolução Francesa entre 1792 e 1795, as instituições

encarregadas da formação dos professores, em especial para as escolas primárias, tenderam a receber o nome de Escolas Normais”. Com o advento do Ato Adicional à Constituição do Império, o ensino elementar passa a ser de “responsabilidade das Províncias que, em consequência, também deviam cuidar do preparo de seus professores”.

É importante ter em mente que, após o Ato Adicional de 1834, a pauta das escolas normais, igualmente ao assunto das universidades, se tornou mais motivo de competições discursivas do que proposta de fato para qualificar os docentes do ensino de primeiras letras e ensino secundário na província.

### **Palavras finais, mas não definitivas**

Chega-se ao fim deste artigo tendo plena convicção de alcançar-se os objetivos almejados no seu início; atenta-se para a questão de não haver aqui espaço nem tempo para que as questões desenvolvidas ao longo do texto fossem mais profícuas. Da mesma forma, algumas conexões ainda ficaram em suspenso devido a pesquisas em história da educação no Pará serem ínfimas. Vale destacar que a motivação deste escrito se deu principalmente por um determinado esquecimento da região Norte e, mais especificamente, da Província do Grão-Pará pela historiografia educacional brasileira.

Não há, no entanto, a pretensão que este texto esgote as problematizações aqui levantadas; mas tem-se a consciência de que o artigo demonstrou-se o quanto é importante resgatarmos a memória do fenômeno educativo no Pará durante a segunda metade do Séc. XVIII e primeira do Séc. XIX, pois é latente uma lacuna extensa desse período na historiografia educacional paraense.

O artigo, diante disso, procurou descrever e analisar a educação paraense em 1832. Mas, até chegar-se em 1832, tratou-se de evidenciar a dinâmica política, econômica e social, da qual brotará a estrutura educacional paraense. A Província do Grão-Pará desenvolve-se graças às reformas pombalinas, que, em determinado momento, exige um processo de modernização, ao qual está atrelada a educação; é importante que façamos estes estudos sobre a primeira metade do Séc. XIX para que possamos desmistificar a idéia da historiografia tradicional de que a modernidade só chega ao Norte do Brasil durante o “boom” da economia da borracha.

No que se refere à obra “Ensaio Corográfico sobre a Província

do Pará”, de Baena, pode-se dizer que ela é um marco documental sobre a educação paraense, principalmente em Belém, local em que o autor é mais detalhista. Em seu relatório, vê-se claramente que as escolas existiam, mas não havia professores para ocupá-las, pois enquanto um professor recebia, no máximo, 400\$000, um escrivão recebia, no mínimo, 500\$000, e um feitor, 400\$000 (BAENA, 2004, p. 142-143).

Da mesma forma que o texto foi iniciado, pede-se permissão para terminá-lo com algumas palavras de uma personagem de Márcio Souza (2001, p. 114): “Na verdade, eu conhecia muito pouco do Pará, vivia fechada em minha casa”. Na realidade, a metáfora da casa pode ser considerada a historiografia educacional nacional e, certamente, este texto adiciona mais subsídios para que se possa entender a história da educação no Pará e suas (des) continuidades com a história da educação em nível nacional.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2ed. Belém: Universidade Federal de Pará, 1969.

\_\_\_\_\_. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. 2ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *Germes de Grandeza: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, Tomo I.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD / LISA, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE (DAGC) DE 1823. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1973.

DISCURSO com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acessado em 3 maio/2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Brasil monárquico: dispersão e unidade. v. II. t. II. 5 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

HOST DIME. *Dicionário de Língua Portuguesa on-line*. Disponível em <[www.hostdime.com.br/dicionario/corografia.html](http://www.hostdime.com.br/dicionario/corografia.html)> Acesso em: 31 jan./2008.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REZNIK, Luís. “Qual o lugar da história local?”. Texto apresentado no V *Taller Internacional de História local y regional, realizado em Havana, Cuba, 2002*. Disponível em [www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf). Acesso em: 10 mar. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAÚJO, José C. de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de Pádua C. (organizadores). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008, p. 07-09.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha. TOMO I, 1844.

SOUZA, Altamir. *Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1972.

SOUZA, Márcio. *Desordem*. Rio de Janeiro: Record, 2001 (2º volume da tetralogia Crônicas do Grão Pará e Rio Negro).

VERDELHO, Telmo. “Dicionários Portugueses”, breve história. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / Campinas: Pontes, 2002.

SCHMITZ, Egídio Francisco. *Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus*. S. Leopoldo: UNISINOS, 1994.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *História da Educação: a Escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.